

PARECER Nº 105/2024

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 36/2024

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR: VEREADOR GILMAR VENDEDOR

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe, que “*institui o Programa Municipal de Escolas Cívico-Militares na Rede Municipal de Ensino de Arinos-MG e cria a Escola Municipal Cívico-Militar João Gontijo Ferreira, e dá outras providências*”, foi aprovado sem a incidência de emendas.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 227 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Foi feita uma adequação no preâmbulo do projeto de lei a fim de obter a uniformização dos projetos aprovados nesta Casa.

No mais, o texto da proposição não apresenta nenhuma impropriedade técnica, erro material ou imperfeição gramatical, de tal modo que se passa à conclusão do presente parecer.

CONCLUSÃO

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final a seguir redigida, que está de acordo com o aprovado.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2024.

Vereador GILMAR VENDEDOR
Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 36/2024

Institui o Programa Municipal de Escolas Cívico-Militares na Rede Municipal de Ensino de Arinos-MG e cria a Escola Municipal Cívico-Militar João Gontijo Ferreira, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARINOS, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Arinos decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Escolas Cívico-Militares na Rede Municipal de Ensino do Município de Arinos-MG, com o objetivo de promover uma gestão de excelência educacional e administrativa, baseada nos padrões de ensino dos colégios militares.

Art. 2º Fica criada a Escola Municipal Cívico-Militar João Gontijo Ferreira, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, que atuará em parceria com militares da reserva.

Art. 3º O Programa Municipal de Escolas Cívico-Militares tem os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos alunos educação formal baseada em valores cívicos, patrióticos e éticos;

II - melhorar indicadores de desenvolvimento da educação básica (IDEB);

III - reduzir a evasão escolar e aumentar a taxa de aprovação dos alunos;

IV - promover a segurança pública na comunidade escolar, mediante a participação integrada da sociedade e de órgãos públicos;

V - fortalecer os vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a formação integral dos alunos.

Art. 4º São ações e instrumentos do Programa:

I - contratação de um Comandante e um Subcomandante Cívico-Militar para coordenar as atividades;

II - contratação de Monitores Cívico-Militares em número adequado às necessidades da escola;

III - implementação de um Código de Ética específico para a escola;

IV - criação de uma comissão de monitoramento e avaliação do modelo Cívico-Militar, regulamentada por decreto municipal.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação, com o apoio de entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, deverá:

I - conscientizar a comunidade escolar sobre a importância das Escolas Cívico-Militares;

II - selecionar as instituições de ensino participantes do Programa, respeitando a vontade da comunidade escolar;

III - garantir condições adequadas para a implementação do Programa.

Art. 6º O Comandante Cívico-Militar tem as seguintes atribuições:

I - assegurar o bom funcionamento da infraestrutura necessária às atividades de ensino;

II - planejar e organizar as atividades administrativas e de suporte ao ensino;

III - coordenar ações de disciplina e valores cívicos com o corpo discente;

IV - manter a ordem e a disciplina na escola, respeitando os direitos dos alunos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 7º O Subcomandante Cívico-Militar e os Monitores Cívico-Militares têm as seguintes atribuições:

I - apoiar as atividades de instrução e manutenção da disciplina;

II - realizar a orientação disciplinar dos alunos, promovendo o envolvimento familiar;

III - acompanhar o desempenho escolar e apoiar as atividades pedagógicas.

Art. 8º A admissão de alunos na Escola Cívico-Militar se dará mediante edital público emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, conforme previsão na Lei Orçamentária vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2024.

Vereador GILMAR VENDEDOR
Relator